



Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

 **Editora**
Atena

Ano 2018

Atena Editora

Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T291	Tendências da contabilidade contemporânea 2 [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 2.622 kbytes Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-09-3 DOI 10.22533/at.ed.093183108 1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Atena Editora. CDD 657
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO PARANÁ	
<i>Maico Schnell</i> <i>Roberto Francisco de Souza</i> <i>Delci Grapegia Dal Vesco</i>	
CAPÍTULO 2	20
A PERÍCIA ATUARIAL E O REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA EM PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR AO ESTATUTO DO IDOSO	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i> <i>Ana Luiza Sallai</i> <i>Kátia Aparecida Alves Pacheco</i> <i>Marcelo Daia Barreto</i>	
CAPÍTULO 3	37
AS FUNÇÕES DE CONTROLADORIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DIFERENCIADAS	
<i>Vanessa Fernanda Rios de Almeida</i> <i>Ederlei da Silva Miranda</i> <i>Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima</i> <i>Ernani Marques de Almeida</i>	
CAPÍTULO 4	52
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Rodrigo Oliveira Miranda</i> <i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i>	
CAPÍTULO 5	69
CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO AHP PARA A GESTÃO DE RISCOS NO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA	
<i>Sandro Augusto Martins Bittencourt</i> <i>Adriana Gabbi</i> <i>Renata Lúcia Basso</i>	
CAPÍTULO 6	87
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
<i>Israel Dal Ri</i> <i>Maria Ivanice Vendruscolo</i> <i>Ismael Paulo Heissler</i>	
CAPÍTULO 7	108
DETERMINANTES DE REAL EARNINGS MANAGEMENT: O CASO DAS EMPRESAS NÃO COTADAS EUROPEIAS	
<i>Cristina Gaió</i> <i>Tiago Gonçalves</i> <i>Ana Castelhana</i> <i>ISEG, Universidade de Lisboa</i>	
CAPÍTULO 8	129
FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE	
<i>Cleston Alexandre dos Santos</i> <i>Inês Francisca Neves Silva</i> <i>Marialva Tomio (In Memoriam)</i>	
CAPÍTULO 9	147
FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO	
<i>Silvio Paula Ribeiro</i> <i>Clari Schuh</i>	

	<i>Clóvis Antônio Kronbauer</i>	
	<i>Viviane da Costa Freitag</i>	
CAPÍTULO 10		163
INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS		
	<i>Bradlei Ricardo Moretti</i>	
	<i>Bianca Cecon</i>	
	<i>Roberto Carlos Klann</i>	
CAPÍTULO 11		183
MODELO DECISÓRIO NO MERCADO FINANCEIRO:		
UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS E DA RACIONALIDADE LIMITADA		
	<i>Alex Diego Souza Queiroz</i>	
	<i>Joseílton Silveira da Rocha</i>	
	<i>Marília Oliveira dos Reis</i>	
CAPÍTULO 12		203
MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS		
	<i>Oderlene Vieira de Oliveira</i>	
	<i>Marcella Gonçalves Furtado</i>	
CAPÍTULO 13		216
PROPOSTA DE USO DE FILMES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
	<i>Wellington Silva Porto</i>	
	<i>Fernanda de Assis Dutra</i>	
	<i>Marco Túlio José de Barros Ribeiro</i>	
	<i>Umbelina Cravo Teixeira Lagioia</i>	
	<i>José Arilson de Souza</i>	
CAPÍTULO 14		242
SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E ESTRATÉGIA:		
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MODELOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO		
	<i>Solange Garcia</i>	
	<i>Fernanda Dandaro</i>	
CAPÍTULO 15		263
TARGET COSTING: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS 2006 E 2015		
	<i>Laiane Silva Santos</i>	
	<i>Kleber da Silva Cajaíba</i>	
CAPÍTULO 16		279
TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL:		
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Denis Dall Asta</i>	
	<i>Udo Strassburg</i>	
CAPÍTULO 17		300
TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: APLICAÇÃO DA LAI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL SOB A ABORDAGEM DA TEORIA CONTINGENCIAL		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Ivan Rafael Defaveri</i>	
	<i>Everton Luiz Folador</i>	
SOBRE OS AUTORES		320

FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO

Silvio Paula Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(UFMS) Três Lagoas (MS)

Clari Schuh

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Santa Cruz do Sul (RS)

Clóvis Antônio Kronbauer

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
São Leopoldo(RS)

Viviane da Costa Freitag

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(Unisinos) São Leopoldo(RS)

RESUMO: O estudo analisa fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa. A questão principal foi: verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas? Os resultados foram mais explicativos que outros estudos encontrados, algumas das variáveis estudadas, tais como: número de processos, (PIB) produto interno bruto e valor total das compras por pregão, explicam a redução de preços nas compras efetuadas pelo governo no período estudado. Vale ressaltar que variáveis como o número de fornecedores não mostraram significância, contrariando outros achados na literatura e para

cada 1% de variação no número de processos ocorre a economia de 0,99%. Já 1% de variação positiva em relação ao PIB, a redução dos custos públicos é de 0,32% no valor pago.

PALAVRAS-CHAVE: Compras Públicas; Licitações; Compras Governamentais.

ABSTRACT: The study analyzes the determining factors in reducing costs in public procurement, in “electronic trading” mode. The research is characterized as descriptive, document and quantitative. The main question was: see if you can explain the reduction of public costs to be used in electronic trading shopping mode the variables? And the results were more explanatory than other studies found some of the variables, such as number of cases (GDP) gross domestic product and total value of purchases for trading, explain the price reduction in the purchases made by the government during the study period . Note that variables such as the number of suppliers no significance, contrary to other findings in the literature and for each 1% change in the number of processes is the economy of 0.99%. Already 1% positive growth in GDP, reduction of public costs is 0.32% on the amount paid.

KEYWORDS: Public Purchases; Auctions; Government Purchases.

1 | INTRODUÇÃO

A eficiência do gasto público deve ser um aspecto relevante da política fiscal e um elemento essencial para estabelecer o desenvolvimento do Estado, assim as compras na área pública tornam-se um aspecto chave. (SILVA, 2007, p. 38). O governo tem procurado, em todas as esferas, a redução dos gastos públicos. (BATISTA & MALDONADO, 2008). Uma forma de redução pode ocorrer por meio da otimização das compras, diante deste contexto (FARIA *et al.*, 2010, p. 1406), afirma que “em qualquer organização, o setor de compras constitui um componente importante para o alcance dos objetivos institucionais. As compras governamentais estão organizadas na forma de sistema, integrado por unidades administrativas distribuídas por todos os ministérios, autarquias e fundações públicas da administração federal (BRASIL, 2002).

As compras na área pública ocorrem por meio de licitação e estas apresentam diversas características, entre essas a definida como “Pregão”. A definição desta modalidade para (SILVA, 2007, p. 15) corresponde à destinação de “aquisição de bens e serviços comuns e apresenta como importante característica a celeridade nos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública, e vem se consolidando como a principal forma de contratação do Governo Federal Brasileiro”.

Já em relação às compras realizadas em 2014, o pregão eletrônico respondeu por 59,7% das compras governamentais, com um gasto de R\$ 37,08 bilhões, sendo empregado em 33,8 mil processos (17,1%). Se comparado apenas às modalidades licitatórias, essa forma de contratação foi responsável por 91,1% dos gastos em aquisições, resultando numa economia para os cofres públicos da ordem de R\$ 7,9 bilhões (18%). Em relação ao número de certames licitatórios, o pregão eletrônico respondeu por 94% dos certames. (COMPRASNET, 2015).

Diante do contexto das pesquisas (PEREIRA, 2000; FERNANDES, 2003; SILVA, 2007; BATISTA & MALDONADO, 2008; FARIA, FERREIRA, SANTOS & SILVEIRA, 2010; FERNANDES, 2010; BORGES, 2011; PEREIRA, SENNA, ALVES & GRACIOLI, 2014; HENGEMBER, 2013; COGO, 2015) observa-se a formação de duas correntes. A primeira corrente aborda os seguintes aspectos das políticas de compra e contratação da área pública: trajetória, legislação, redução de preços, desempenho, regime das licitações, ética e o sistema de compras eletrônicas. A segunda corrente trata das nuances sustentáveis utilizadas no processo, entre elas: meio ambiente, licitações sustentáveis, impacto ambiental, desenvolvimento sustentável, compras públicas sustentáveis e critérios sustentáveis. Cabe lembrar que estas pesquisas foram produzidas por diversas áreas do conhecimento: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito e apresentam na maioria uma abordagem qualitativa como meio de análise dos dados.

O estudo teve como premissa analisar fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A questão principal foi verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da

modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas? Para tanto foi realizado um resgate da literatura sobre custos públicos, pregão eletrônico e pesquisa empíricas sobre pregão eletrônico, para esse estudo foram coletados dados secundários do ministério do planejamento, por meio dos sites www.comprasnet.gov.br e www.planejamento.gov.br. A análise compreendeu o período de 2008 a 2014.

2 | REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O Referencial foi subdividido sob os temas: custos de transação e a gestão pública; o pregão eletrônico; principais pesquisas sobre pregão eletrônico; Modelos econométricos utilizados em pesquisas sobre o pregão eletrônico.

2.1 Custos de Transação e a gestão pública.

Os custos de transação econômicos não só são aplicados em nível de organizações industriais, mas também em diversos setores da economia, tais como: emprego, finanças públicas, comparativos de sistemas econômicos e reforma e desenvolvimento econômico. (WILLIAMSON, 2011, p. 32).

Uma das principais questões na área de gestão, que está ligada com os custos de transação, reside em saber: o que leva uma empresa a internalizar suas atividades e essa baseia-se no mercado? Diante do contexto, (WILLIAMSON, 1981) contribuiu com o núcleo dos custos de transação ao destacar que os pressupostos comportamentais dos agentes são: o oportunismo e a racionalidade limitada. E os aspectos da transação são: a especificidade dos ativos, a frequência das transações e a incerteza que permeia as relações dos agentes econômicos.

O pressuposto comportamental da racionalidade limitada é disposto por Simon (1945), que especifica que uma decisão administrativa só pode ser considerada correta se escolher os meios adequados para atingir as finalidades preestabelecidas. O processo decisório racional envolve a comparação dos meios alternativos em função dos fins respectivos que se espera alcançar.

Alguns indivíduos são oportunistas, que é uma expressão profunda do agir em interesse próprio (WILLIAMSON *in* WILLIAMSON; WINTER, 1996). O comportamento oportunista foi apresentado por (WILLIAMSON, 1985, p. 47) como uma ação proposital onde “os agentes econômicos buscam os seus próprios interesses nas transações, agem em benefício próprio aproveitando-se de lacunas ou omissões contratuais em detrimento dos parceiros”.

Como consequência, os agentes fazem esforços de seleção ex-ante e se acreditam salvaguardar ex-post por meio dos contratos, a fim de evitar que os agentes, os quais têm menos princípios, (os mais oportunistas) possam explorar excessivamente quem tem mais princípios. (WILLIAMSON, 1985).

O questionamento essencial em relação a essa teoria é, o que de fato é uma transação? De acordo com (WILLIAMSON 2011, p. 552), “a transação ocorre quando

um bem ou serviço é transferido por meio de uma lógica. Uma fase termina e outra começa”. Entende-se que, as relações dos agentes responsáveis pela realização do referido processo, seja esse, na atividade comercial, industrial, serviço ou área pública, são regidos por um contrato, que por sua vez proporcionam o surgimento de outros custos, além dos conhecidos custos de produção.

Cada transação tem um custo, a informação nessas transações sempre será incompleta, os indivíduos são racionais de forma limitada e oportunistas, os contratos regem as relações, cada transação tem um custo *ex-ante* e *ex-post* (COASE *in* WILLIAMSON, WINTER; 1996).

Ao analisar os custos de transação procura-se apresentar a dinâmica de determinados aspectos relacionados a troca de um bem ou serviço entre os agentes econômicos. A unidade ou o objeto de análise da teoria dos custos de transação é o contrato. O contrato tem um custo que inclui prever as incertezas geradas pela subjetividade da decisão entre internalizar a produção ou comprar externamente (WILLIAMSON, 1981).

A incerteza na atividade pública pode aumentar os custos no processo licitatório, inclusive na modalidade denominada pregão eletrônico, uma vez que o agente público pode não ter cadastro de fornecedores concorrentes, ou parte dos agentes desconhecerem o certame. Porém o número de fornecedores concorrentes pode não representar uma redução de custos, se esses agirem de forma oportunista e “organizarem-se” fornecendo preços combinados. Essa prática pode ser tratada como crime, onde não há concorrência apesar do número de fornecedores.

A especificidade dos ativos pode fazer com que os custos do produto sejam maiores. O grau de especificidade do ativo para (WILLIAMSON, 1981) apresenta o grau de rigidez da relação contratual, quanto maior a especificidade, maiores os custos diante da necessidade de uso ou consumo deste ativo.

A especificidade do ativo na área pública pode proporcionar mais custos aos cofres públicos e uma opção seria a produção interna do produto ou serviço, ou ainda, em última hipótese o incentivo por parte do governo com o propósito de criação de novos fornecedores deste serviço ou produto específico.

A teoria dos custos de transação é relevante nos estudos sobre pregão eletrônico e devem ser aprofundados, pelo fato da possibilidade de explicação quanto aos pressupostos teóricos: incerteza, especificidade dos ativos e oportunismo. O problema em relação as compras por pregão eletrônico corresponde a assimetria de informação entre os agentes envolvidos na transação. O contexto justifica o conflito de interesses pelo fato do órgão público pretender pagar menos e o vendedor no caso, apesar da lógica inversa de leilão, tem o propósito de ofertar o menor lance, o suficiente para vencer a concorrência. Alguns modelos econométricos foram utilizados neste tema, como (SILVA, 2007; FARIA *et al.*, 2010). Porém, os estudos devem ser aprimorados, no sentido de melhorar o poder explicativo dos resultados.

Os administradores do setor público necessitam de um conjunto de informações

gerenciais para cumprir com eficiência, eficácia e efetividade as políticas públicas. (MACHADO e HOLANDA, 2010, p. 792). Portanto, os profissionais da área de custos públicos devem analisar a incerteza, as especificidades dos ativos e os aspectos associados ao oportunismo dos agentes no momento de gerir os recursos públicos, com o propósito de minimizar os custos. Assim, a modalidade de compras definida como “pregão eletrônico” foi criada com o propósito de proporcionar mais transparência e eficiência das compras públicas. Pelo fato, de variáveis como: quantidade de produtos, número de processos, quantidade de fornecedores cadastrados, produto interno bruto (PIB) entre outros fatores, que se administrados podem proporcionar melhores pregões nas compras e conseqüentemente menores valores de custos públicos.

2.2 O pregão eletrônico

Essa modalidade de licitação foi instituída pela Lei 10.520 de 2002. Ao ser instituída, alterou o dispositivo de Lei de 8.666/93 que tinha como premissa proibir a criação de outras modalidades de licitação, nessa Lei, o fornecimento de bens era realizado em sessões públicas, de caráter nacional, por meio de propostas que poderiam ser realizadas de forma eletrônica ou presencial, estabelecendo um leilão ao contrário, no qual ao estabelecer o menor preço, os licitantes podiam oferecer valores, possibilitando a disputa aberta de preços entre os concorrentes.

Essas modalidades de licitação são fundamentadas na legislação brasileira e devem seguir determinados critérios, a modalidade, objeto de estudo dessa investigação é o “Pregão”. As características desta modalidade, segundo (SILVA, 2007) são: inversão das fases de licitação; possibilidade de leilão reverso; prazo para abertura de licitação; utilização de meios eletrônicos; qualquer valor estimado de contratação e por fim, essa modalidade admite como critério de contratação o de menor preço.

No setor público, as compras também atendem atividades fundamentais e dentre as várias modalidades possíveis para a realização das compras, elenca-se a: concorrência; tomada de preços; pregão; convite; concurso e leilão. Dentre essas, destaca-se o “pregão eletrônico” (BRASIL 2002).

O pregão na forma eletrônica é realizado em sessão pública, utilizando-se de tecnologia da informação que promove a comunicação pela *internet*. É um procedimento que permite aos licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (SILVA, 2007, p. 17). A área pública brasileira tem-se preocupado com a organização deste mecanismo, adaptando-se e oferecendo novos suportes ao seu público.

Para organizar o sistema de compras, o Brasil conta com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) que trata-se de um mecanismo de suporte informatizado aos processos de compras e contratações. Disseminado por todos os ministérios, autarquias e fundações e corresponde a uma experiência bem-sucedida de informatização dos procedimentos de compra e contratação governamental no âmbito

do Governo Federal Brasileiro. Outra ação de organização do sistema de compras, se dá pelo portal de compras do Governo Federal denominado *comprasnet* (BRASIL, 2002).

Portanto, o SIASG pode ser entendido como o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). O Sistema é formado por subsistemas para as diferentes etapas do processo licitatório, como a divulgação e a realização das licitações, a emissão de notas de empenho, o registro dos contratos administrativos, a catalogação de materiais e serviços e o cadastro de fornecedores. (BRASIL, 2015).

Conforme o *Comprasnet* (2015), a quantidade de pregões eletrônicos permaneceu acima dos trinta mil processos no período (2008 a 2013), já as outras modalidades de compras apresentaram uma queda significativa de duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sete volumes, em 2008, para cento e sessenta e três mil, cento e dezessete processos, em 2013. Enquanto os valores atribuídos aos pregões eletrônicos cresceram, os valores das outras modalidades apresentaram uma queda em relação ao valor total das compras nesse período. Este contexto pode fazer com que a sociedade brasileira preocupe-se com os caminhos tomados pelos indivíduos e em relação ao processo em si de compras na área pública.

2.3 As principais pesquisas sobre pregão eletrônico

Inicialmente essa investigação procedeu a um levantamento do estado da arte da pesquisa direcionada ao tema pregão eletrônico. A busca iniciou-se pelas bases de dados Portal de Periódicos da Capes e EBSCOhost.

As pesquisas relacionadas ao pregão eletrônico apresentam um caráter incipiente em relação a quantidade e qualidade das pesquisas. Assim, realizou-se busca por meio de portais e junto as revistas da área de administração pública e aos programas de mestrado e doutorado em administração pública foram identificados dez artigos, cinco dissertações e apenas uma tese

Pereira (2000) realizou uma pesquisa bibliográfica apresentando os aspectos legais das licitações por pregão e entre as considerações destacou que esta tem como principal objetivo a inversão do procedimento, não é aquela em que a empresa vencedora apresenta o lance mais alto, e sim a do menor valor oferecido. Este procedimento evita os litígios tornando mais rápido o procedimento.

Fernandes (2003) abordou o desenvolvimento, desempenho e resultados alcançados por sistemas de compras eletrônicas no contexto dos governos, focalizando o caso do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e seu portal na Internet, o *Comprasnet*. Com relação ao seu desempenho e resultados, são apresentadas diversas evidências de avanços em especial, a redução de preços nas licitações realizadas em meio eletrônico, a ampliação do acesso e da participação dos fornecedores, a melhoria de eficiência dos procedimentos de licitação e a ampliação

da transparência e do controle sobre as compras.

Silva (2007) propôs a hipótese que um número maior de concorrentes proporciona um menor preço para os compradores. Os principais determinantes para que o preço final de um pregão eletrônico seja inferior ao preço estimado pela administração pública são o número de fornecedores e o número de lances, ressaltou que o número ideal de fornecedores para a administração pública está situado em um intervalo de 11 a 15 fornecedores.

O estudo de Batisita e Maldonado (2008) contemplaram características e causas que potencializam os contextos da gestão das compras institucionais, os aspectos da administração pública brasileira, a função administrativa de compra, o papel do comprador público no processo, o seu perfil, o seu comportamento ético, bem como a possibilidade de redução de custos na aquisição de materiais para a pesquisa científica.

Faria et. al. (2010) testaram a relação da variação dos preços com as variáveis: número de fornecedores, especificidade dos ativos, frequência das transações, quantidade, oportunismo dos agentes, tempo de existência e faturamento da empresa ganhadora e número de lances da disputa. As variáveis de números de fornecedores, especificidade dos ativos, quantidade e frequência das transações apresentaram um poder de explicação conjunta de 67,4% das variações dos preços. Assim, os órgãos públicos devem desenvolver ações que busquem maximizar o efeito destas variáveis com o objetivo de reduzir os preços pagos.

A investigação de Fernandes (2010) com base no modelo de *John Kingdon*, desdobrou a análise em fluxos do processo político, dos problemas emergentes e das soluções, em cada contexto histórico específico. Esse estudo, descreveu seis casos para elucidar como se desenvolveu o processo de mudança, quais os atores relevantes, ideias, modelos e eventos políticos que explicam suas circunstâncias e resultado.

Borges (2011) realizou um estudo sobre licitações sustentáveis no âmbito das Instituições Federais do Brasil, baseado no caso da Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de diagnosticar como vem sendo aplicada a instrução normativa 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os resultados apontam que a política de sustentabilidade ainda não é tão efetiva por questões culturais.

Rodrigues Junior (2012) realizou uma abordagem do tema licitações sob a ótica do direito administrativo, e verificou que houve um tempo muito grande para encerrar os pregões eletrônicos e para confecção de ata de registro de preços quando o certame tinha mais de 200 itens.

Utilizando a Teoria dos Custos de Transação, Faria, Ferreira e Gonçalves (2013) classificaram os fornecedores de certames em três grupos: alto risco, baixo risco e risco moderado. Os autores concluíram que os Órgãos Públicos devem criar salvaguardas contra atitudes oportunistas. Por isso destacaram a importância da especificação correta dos produtos para não dar margem para a cotação de produtos de qualidade inferior, e também que sejam aplicadas, aos fornecedores oportunistas, as sanções

previstas na lei.

Ferreira, Medina e Reis (2014) concluíram que o pregão eletrônico é um instrumento capaz de minimizar ações oportunistas de agentes contratuais, pois dificulta a formação de cartéis e a promoção de fraudes, contribuindo para eficiência nos gastos públicos municipais.

Ao analisar as licitações sustentáveis realizadas pelas organizações militares do Exército brasileiro e verificar os critérios ambientais aplicados nas compras públicas por estas instituições (PEREIRA *et al.*, 2014) visualizaram que as licitações sustentáveis foram pouco representativas nas aquisições executadas pelo Exército. Além disso, constataram que há pouca variedade de itens licitados, e que a característica ambiental mais cobrada nas licitações foi de itens oriundos de matéria prima reciclada sinalizando que as compras públicas sustentáveis deverão ser implementadas de forma gradual na economia nacional.

Ao analisar a implantação de compras públicas sustentáveis em universidades federais brasileiras Hengenber (2013) verificou que a implantação encontra-se em estágio inicial e embrionário e que não existe uma política de compra sustentável claramente definida. As ações são pontuais e não ocorrem de forma estratégica e planejada, e constituem tentativas de adequação às demandas normativas.

Cogo (2015) propôs a adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e contratações de serviços na Gestão Pública Federal, contribuindo para o aprimoramento da conceituação e efetivação das considerações ambientais, econômicas e sociais nos contratos públicos, de acordo com os princípios e as práticas internacionalmente aceitas. Como principal resultado, o presente trabalho relacionou critérios de sustentabilidade a serem adotados nas compras públicas.

Com exceção a (SILVA, 2007; FARIA *et al.*, 2010), os estudos sobre a modalidade de pregão eletrônico seguem como propósito essencial a busca por contribuições qualitativas. Porém, a proposta principal deste trabalho é fazer uma abordagem quantitativa. Assim, no próximo item foram explorados os modelos econométricos utilizados nessa temática

2.4 Modelos econométricos utilizados em pesquisas sobre o pregão eletrônico

Silva (2007) com objetivo de quantificar a influência do número de fornecedores e de lances nos descontos obtidos pela administração, nos diversos pregões eletrônicos realizados pelo município de Fortaleza em 2006, utilizou dois modelos lineares com dados transversais pelo método dos mínimos quadrados. Em ambos os modelos a variável explicativa foi a diferença percentual do valor estimado pela administração e o valor do menor lance. Em outras palavras a variável dependente reflete o ganho percentual em favor da administração pública.

O primeiro modelo de Silva (2007) as variáveis explicadas foram os números de lances e o de fornecedores em cada pregão.

$$(1) \quad Y_i = a_0 + a_1 \text{Forn} + a_2 \text{Lanc} + E_i$$

Variáveis	Significado
Y_i	ganho obtido pela administração pública no pregão;
$a_1 \text{Forn}$	número de fornecedores do pregão i ;
$a_2 \text{Lanc}$	número de lances do pregão i ;
E_i	erro aleatório normalmente distribuído com média zero e variância constante.

Quadro 1 Variáveis Modelo Silva (2007)

Fonte: (SILVA, 2007)

No segundo modelo o número de fornecedores foram divididos em grupos por meio de variáveis binárias (SILVA, 2007, p. 33):

$$(2) \quad Y_i = 10.1 + 1,07 \text{Forn} + 0,14 \text{Lanc} + E_i$$

(4,8) (3,8) (5,6)

Para verificar se o efeito do número de fornecedores é linear, o autor optou por estimar um segundo modelo no qual o número de fornecedores foram divididos em grupos através de variáveis binárias (SILVA, 2007, p. 33).

$$(3) \quad Y_i = B_0 \text{Lanc}_i + B_1 D_1 + B_2 D_2 + B_3 D_3 + B_4 D_4 + B_5 D_5 + B_6 D_6 + B_7 D_7 + E_i$$

$a_0 + a_1 \text{Forn} + a_2 \text{Lanc} + E_i$

Com a exceção das variáveis D_1 , até a D_7 as demais variáveis se repetem do modelo anterior essas são variáveis binárias.

Variáveis	Significado
D_1	é igual a 1 para os pregões de 1 até 5 fornecedores, e zero caso não se enquadre;
[...] D_7	é igual a 1 para os pregões de 31 até 35 fornecedores, e zero caso não se enquadre;
Y_n	Variável a ser explicada pelo modelo. Ela corresponde à variação percentual que o pregão eletrônico proporcionou ao preço de venda do produto. O seu cálculo se deu pela diferença entre o preço praticado na empresa ganhadora (pv) e o preço praticado na licitação (pl) sobre o (pv), conforme equação a $Y_n = (pv - pl)/(pv)$. Esta variável reflete o ganho ou perda que o órgão público teve ao comprar através desta modalidade de licitação.
$Forn_n$	Número de fornecedores que competiram pelo item n de um pregão.
$Lanc_n$	Número de lances dados na disputa do item n de um pregão.
$Quant_n$	Quantidade comprada do item n de um pregão.
Fat_n	Faturamento da empresa vencedora na disputa do item n de um pregão.
$Exist_n$	Tempo de existência, em anos, da empresa vencedora do item n de um pregão.
$Especif_n$	Escore de especificidade dos ativos da empresa vencedora do item n de um pregão.
$Oportun_n$	Escore de oportunidade da empresa vencedora do item n de um pregão.
$Freq_n$	Escore de frequência da empresa vencedora do item n de um pregão.

Quadro 2 Variáveis Modelo Faria *et al.*, (2010)

Fonte: Adaptado de Faria *et al.*, (2010)

Assim, como Silva (2007), Faria et al., (2010) estimaram o modelo pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). E o modelo seguiu a equação:

$$(4) \quad Y_n = \text{Forn}_n + 1\text{Lanc}_n + \text{Quant}_n + \text{Fat}_n + \text{Exist}_n + \text{Especif}_n + \text{Oportun}_n + \text{Freq}_n + \varepsilon_n$$

Este modelo utilizou-se de dados primários e secundários para analisar as variáveis estudadas. Porém, o estudo não apresentou os meios utilizados para organizar os dados secundários para confirmação do modelo, ou seja, nota-se a falta de detalhes em relação a elaboração do questionário e a formatação dos dados coletados.

No decorrer das pesquisas verificam-se alguns detalhes nos modelos econométricos, os quais diferem-se em algumas peculiaridades, destacadas no quadro três a seguir:

ITENS	MODELO DE SILVA	MODELO DE FARIA E OUTROS
Dados coletados	Utiliza apenas dados secundários.	Utiliza dados primários e secundários.
O R ₂ ajustado	17,6%	0,487; 0,622; 0,654; 0,674
Cálculo da variável explicada	Utilizada a diferença entre o valor estimado e o valor da licitação.	A diferença percentual entre o preço de venda da empresa ganhadora e o preço praticado na licitação.
Variável lance	Incluída	Não incluída
Modelo	Mínimos Quadrados Ordinários	Mínimos Quadrados Ordinários
Equação	$Y_i = a_0 + a_1\text{Forn} + a_2\text{Lanc} + E_i$ $Y_i = B_0\text{Lanc}_i + B_1D_1 + B_2D_2 + B_3D_3 + B_4D_4 + B_5D_5 + B_6D_6 + B_7D_7 + E_i$ $a_0 + a_1\text{Forn} + a_2\text{Lanc} + E_i$	$Y_n = \text{Forn}_n + 1\text{Lanc}_n + \text{Quant}_n + \text{Fat}_n + \text{Exist}_n + \text{Especif}_n + \text{Oportun}_n + \text{Freq}_n + \varepsilon_n$

Quadro 3 Comparativo entre Modelos

Fonte: Silva (2007); Faria et al., (2010).

O estudo dos modelos permitiu afirmar que estes diferem-se em relação a coleta dos dados, o R₂ ajustado, o cálculo da variável explicada e em relação ao uso de variáveis. E apresentam diferenças significativas em relação aos resultados apresentados nos modelos.

O trabalho de Faria et al., (2010) utilizou-se de duas fontes e coletas de dados, a primária, junto ao site comprasnet, e a secundária, a qual corresponde a um questionário enviado as empresas vencedoras de leilões para contratação de produtos no período entre setembro e dezembro de 2008. Das 195 empresas vencedoras no período estudado, 75 responderam o questionário, mas apenas 59 foram utilizados para a composição do modelo, devido a problemas como ausência de informações pertinentes e questionários *outliers*.

O questionário utilizado foi composto por perguntas correspondentes às características da empresa e outras questões fazendo uso de escala *Likert* para a elaboração dos escores de oportunismo, frequência e especificidade dos ativos de acordo com os princípios da ECT. (FARIA et al., 2010). A crítica em relação aos

dados secundários refere-se ao fato de que, na pesquisa pública essas são as únicas referências aos tais dados, o estudo não detalha o número de questões e também não informa, os procedimentos utilizados para elaboração dos escores, que permitem analisar as variáveis oportunismo, frequência e especificidade dos ativos de acordo com os princípios da ECT. Esta ausência de informações na pesquisa limita de forma relevante a compreensão do estudo. Vale ressaltar que a variável oportunismo não foi confirmada pelo modelo utilizado.

Outro fator relevante é o poder explicativo do modelo ser de no máximo 67%, e o estudo não apresenta possibilidade de melhorar esse índice. Diante deste fato, pode aparecer dúvidas em relação aos testes de *outlier*, afinal no texto os autores destacam a preocupação dos *outlier*, em relação aos dados secundários, mais e quanto aos primários, não houve problemas dessa ordem?

Faria *et al.*, (2010) afirma que o modelo de (SILVA, 2007) “possui um viés científico, pois na prática as pessoas responsáveis pela estimativa dos bens a serem comprados não utilizam critérios para o levantamento deste valor, utilizando dados de licitações passadas, o que deixa estes valores desatualizados, sem refletir a lógica dos preços do mercado”. Assim, diante desta observação a aplicação do modelo de (SILVA, 2007) em dados atualizados pode viabilizar o modelo para outros estudos.

Diante das observações realizadas aos modelos apresentam-se no próximo tópico os procedimentos a serem realizados nesta pesquisa.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Os resultados pesquisados podem ser úteis para tomada de decisão dos usuários, neste caso os gestores públicos, assim, caracteriza-se como de natureza aplicada (ZIMMERMAN, 2001). Em relação à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como quantitativa, por conta da aplicação de um modelo econométrico para alcançar o objetivo. A abordagem quantitativa é aquela em que a averiguação busca o desenvolvimento de conhecimento, que emprega estratégia de investigações como experimentos e utiliza-se de dados pré-determinados, coletados por meio de instrumentos para análise estatística (CRESWELL, 2010).

A pesquisa tem a preocupação de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de um fenômeno (KERLINGER, 1979), no caso, os fatores que explicam a redução dos custos na área pública, em específico nas compras por pregão eletrônico, assim, caracteriza-se como sendo uma pesquisa explicativa.

Em relação aos procedimentos, o estudo classifica-se como documental, pelo fato de se amparar na seleção, organização e obtenção de dados que ainda não receberam nenhum tratamento para o objeto que se pretende. E *ex-post facto*, pois a análise com os dados se realiza após a ocorrência dos fatos (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDINI, 2009).

Ainda o trabalho objetivou analisar fatores determinantes na redução dos custos

nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A análise compreendeu o período de 2008 a 2014 e os dados são de natureza secundária e correspondem ao valor da redução dos custos obtido pela diferença do valor previsto e do realizado pelo governo através do pregão eletrônico, no modelo definido como, economia; o número de pregões realizados nessa modalidade, como se fossem “lotes”, com vários itens, em um único “processo”, denominados aqui, processos; o Produto Interno Bruto (PIB) calculado pelo IBGE, o PIB e o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade, e corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na ocasião da realização do pregão, pelo Valor total do pregão. O modelo base dessa pesquisa utilizou-se dos mínimos quadrados ordinários para atender ao propósito principal do estudo.

Os dados foram analisados por meio do software estatístico Eviews.

4 | ANÁLISE DOS DADOS

Diante do contexto, e estudando as equações apresentadas em estudos anteriores, a equação abaixo¹ foi a que mostrou maior coeficiente de explicação, e melhores valores para *Akaike*, *Schwarz* e *Hannan-Quinn* e também estatísticas inferiores de erro de previsão como o *Mean Absolute Error* (MAE), *Mean Absolute Percentage Error* (MAPE) e *Root Mean Square Error* (RMSE), permanecendo os coeficientes relevantes.

$$(5) \quad \text{Log}(e) = \begin{matrix} -0,33 & + 0,99\log(p) & + 2,71\log(\text{PIB}(-4)) & + 0,32\log(vp) \\ (4,26) & (4,26) & (0,29) & (0,12) \end{matrix}$$

As variáveis que foram utilizadas para estimar o modelo e que se mostraram significativas:

C(1)	Redução no preço/ Economia (e)	O desconto obtido pelo governo através do pregão eletrônico.
C(2)	Processos (p)	Referem-se ao número de pregões na modalidade realizados, como se fossem “lotes”, com vários itens, em um único “processo”. (COMPRASNET, 2015).
C(3)	PIB	Foi utilizado o Produto Interno Bruto calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (tabela 1846 – valores a preços correntes), obtidas no (SIDRA, 2015).
C(4)	Valor total do pregão (vp)	Representa o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade. Aqui, corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na época”. (COMPRASNET, 2015).

Quadro 4 Variáveis utilizadas no modelo

Fonte: Autores (2018)

Representa o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade. Aqui, corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na época”. (COMPRASNET, 2015).

1 O número entre parênteses, logo abaixo de cada variável, representa o desvio padrão da mesma.

Vale lembrar que quando se coloca *log* em ambos os lados da equação, obtêm-se a elasticidade de uma variável em relação a outra, ou seja, a sensibilidade de uma variável frente as variações de outra. Desta forma, esta sempre apresenta quantos pontos percentuais uma variável variará caso, a outra varie em 1%. (um por cento).

Destaca-se que a regressão estimada não apresenta heteroscedasticidade e autocorrelação. Desta forma, o Teste do Multiplicador de Langrange (LM) indica a não existência de autocorrelação, uma vez que $LM(1) = 0,09[0,76]$ e $LM(2)=1,17[0,55]$. Ainda, não se pode rejeitar a hipótese nula de homocedasticidade, visto que a estimação de volatilidade foi testada pelo modelo *Autoregressive Conditional Heterocedasticity* (ARCH)(1)=2,06[0,15] e ARCH(2)=4,96[0,08].

	Coefficient	Std. Error	t-statistic	Prob.
C(1)	-33.36875	4.263771	-7.826112	0.0000
C(2)	0.999894	0.468949	2.132204	0.0488
C(3)	2.712530	0.295294	9.185853	0.0000
C(4)	0.323789	0.128719	2.515472	0.0229
R-Squared	0.944665	Mean Dependent Var	21.09797	
Adjusted R-Squared	0.934290	S. D. Dependent Var	0.301747	
S.E. of Regression	0.077350	Akaike Info Criterion	-2.104104	
Sum Aquared Resid	0.095728	Schwarz Criterion	-1.904957	
Log Likelihood	25.04104	Hannan – Quinn Criter	-2.065228	
F - statistic	91.04962	Duarbin – Watson Stat	1.600964	
Prob (F-Statistic)	0,000000			

Quadro 5 Resultado do Modelo Mínimos Quadrados Ordinários

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa mostram que uma variação de 1% no número de processos representa aumento da economia do governo em 0,99%, já que quanto maior o lote, maior a concorrência, e, portanto, maior a economia. Estudos anteriores indicam que quanto maior a frequência de ocorrência do fato melhor é a possibilidade de redução dos custos (RODRIGUÊS JÚNIOR, 2003; ARBAGE, 2004; REILEY, 2007). O modelo apresenta uma relação neste sentido ao apresentar que o aumento no número de processos licitados, verifica-se redução no valor pago pelo governo. (SILVA *et al.*, 2010, p. 1420) afirmaram “quanto maior for a quantidade vendida, mais interessa à empresa abrir mão de margens de lucros maiores para obter vantagens através do volume de vendas. Ou seja, um claro *trade off* entre margem e giro, comum nos grandes negócios”.

Em relação ao valor total das compras, a variável estudada mostra relação com a redução do preço pago, pelo fato, de que quanto maior o valor, melhor será a redução do valor efetivamente pago pelo órgão público. Este fato vai ao encontro da afirmação

de (SILVA *et al.*, 2010, p. 1422) “a quantidade comprada também é determinante para a redução do valor das compras públicas”. Outros autores (FERREIRA, MEDINA & REIS, 2014, p. 1) afirmaram” o pregão eletrônico é um instrumento capaz de minimizar ações oportunistas de agentes contratuais, pois dificulta a formação de cartéis e a promoção de fraudes, contribuindo para eficiência nos gastos públicos municipais.

Os resultados desta pesquisa corroboram com (FERREIRA, MEDINA & REIS, 2014), pelo fato de confirmar a importância do pregão eletrônico para a eficiência nos gastos públicos, por conta de se tratar de um mecanismo, o qual possibilita a melhor gestão dos recursos públicos na aquisição de bens e serviços.

A variável PIB, também mostrou-se satisfatória pelo fato de apontar que a cada 1% de aumento no PIB de um ano anterior, há uma economia de 32%, nos valores pago pelo governo, nas compras. Isto pode indicar que o governo utiliza o PIB de quatro trimestres anterior para fazer previsões de gastos no presente e, portanto, isso acaba impactando na economia. Desta forma, a economia gerada é muito mais sensível ao PIB em $t-4$ do que em relação as demais variáveis.

Em relação aos modelos de (SILVA, 2007) o poder de explicação das variáveis apresentadas é de 17%, enquanto a equação de (FARIA *et al.*, 2010), proporcionaram entendimento de 48% a 67% das variáveis. Assim, este é muito mais explicativo, pelo fato da capacidade de explicação (R^2) ser de 93%.

Apesar de os esforços por parte do governo, em relação a transparência e informações a sociedade, este é um dos pontos negativos destacados nesta pesquisa, pela dificuldade de encontrar os dados necessários para a realização das considerações. Outro aspecto negativo, refere-se as poucas pesquisas quantitativas sobre o assunto “pregão eletrônico” no país.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com análise documental e abordagem quantitativa. A questão principal neste trabalho foi verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas?

Os resultados foram explicativos em 97% dos casos, o que é maior do que os estudos anteriores. Os achados citam que algumas das variáveis estudadas, tais como: número de processos, (PIB) produto interno bruto e valor total das compras por pregão, explicam a redução de preços nas compras efetuadas pelo governo no período estudado.

Vale ressaltar que variáveis como o número de fornecedores não são significativas, contrariando outros achados na literatura pesquisada. Portanto, os mesmos permitem afirmar que: a cada 1% de variação no número de processos ocorre uma economia de 0,99%; Já 1% de variação positiva em relação no PIB, a redução dos custos públicos

é de 0,32% no valor pago.

Por fim, recomenda-se a continuidade do estudo incluindo outras variáveis, como por exemplo, a corrupção, permitindo dessa forma a ampliação do campo de pesquisa, em um conjunto maior de dados, inclusive com a análise de outras peculiaridades do assunto, as quais evidenciam os fatores determinantes na redução de custos públicos nas compras pela modalidade de pregão eletrônico.

REFERÊNCIAS

ARBAGE, A.P. Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. 267 f. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

BATISTA, M. A. C; & MALDONADO, J. A. S. de V. O Papel do Comprador no Processo de Compras em Instituições Públicas de Ciência e Tecnologia em Saúde (C&T/S). RAP, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42(4):681-99. 2008.

BORGES, J. C. P. Licitações Sustentáveis seus Desdobramentos no Âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): O Caso da Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração Pública) Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Brasília: Diário Oficial da União.

COGO, G. A. R. Critérios de Sustentabilidade nas Organizações de Bens e Contratações de Serviços da Gestão Pública Federal. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2015.

COMPRAS NET. Pregão Eletrônico compras públicas. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/noticias>> Acesso em: 10 ago. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman. 2010.

FARIA, E. R. de F; FERREIRA, E. R. de; SANTOS, L. M. dos; SILVEIRA, S. de F. R. Fatores determinantes na variação dos preços dos produtos contratados por pregão eletrônico. **Revista de Administração Pública**, 44(6), 1405-1428. 2010.

FARIA, E. R. de; FERREIRA, M. A. M; GONÇALVES, M. A. Avaliação dos riscos do Pregão Eletrônico: Uma Abordagem pela Teoria da Nova Economia Institucional. **Revista de Ciências da Administração**, vol. 15, núm. 37, pp. 211-227. 2013.

FARIA, M. DE F. & MALDONADO, J. M. S. DE V. O pregão eletrônico e as contratações de serviços contínuos. **Rev. Adm. Pública**, 47(5):1265-281. 2013.

FERNANDES, C. C. C. Sistemas de Compras Eletrônicas e sua Aplicação à Administração Pública - O Caso do SIASG/Comprasnet. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Brasília, 2003.

FERNANDES, C. C. C. Política de Compras e Contratações: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira. Tese (Doutorado em Administração) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, M. A. M., MEDINA, S. A., & REIS, A. O. Pregão Eletrônico e Eficiência nos Gastos

Públicos Municipais. **Administração Pública e Gestão Social**, 6(2), 74-81 ISSN 2175-5787. 2014.

HEGENBER, J. T. As Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: Um Estudo Nas Universidade Federais. (Dissertação) Mestrado em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnologia Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: PU/EDUSP. 1979.

PEREIRA, C. A. G. O Regime Jurídico das Licitações no Brasil e no Mercosul. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, p. 47-68, 2007.

PEREIRA, A. de O; SENNA, A. J. T; ALVES, R. R; GRACIOLI, C. R. Análise do perfil das licitações sustentáveis realizadas por organizações militares do exército brasileiro. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET**, V. 18 n. 1, p.607-628. 2014.

REILEY, D. L. Pennies from eBay: the determinants of price in online auctions. **The Journal of Industrial Economics**, v. 45, n. 5, p. 567-596. 2007.

RODRIGUÊS JÚNIOR, R. J. C.; MACHADO, R.T.M. Acordos Contratuais sob a Ótica da Economia dos Custos de Transação: o caso de uma agroindústria canavieira no estado de Pernambuco. In: Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares, IV. **Anais...** Ribeirão Preto. 2003.

RODRIGUES JÚNIOR, Jorge da Silva. Utilização do pregão eletrônico nas aquisições da administração pública. **COMUNICAÇÃO & MERCADO**, v. 1, n. 1, p. 52, 2012.

SÁ-SILVA, J.R. Almeida, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 1 (1). 2009.

SIMON, H. **Administrative Behavior**. New York: The Macmillan Company, 1957.

SILVA, A. A. DA. A Economia da Compras Governamentais em Decorência do Pregão Eletrônico: Uma Abordagem Econométrica. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2007

SILVA, A. A.; FERREIRA, R. T. Pregões Eletrônicos Realizados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2006 - Um Ensaio Econométrico. Prêmio *Sefin* de finanças municipais, Fortaleza. 2007.

WILLIAMSON, E. O. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **American Journal of Sociology**, Vol. 87, No. 3, pp. 548-577. 1981.

WILLIAMSON, O. E. **The Economics Institutions of Capitalism**. Free Press. 1985.

WILLIAMSON, E. O. Economia del costo las transacciones: orígenes, aplicaciones Y desafíos. Extractos del discurso de Oliver Williamson, Prêmio Nobel de Economía 2009. *Economía y Sociedad* 79, CIES, marzo 2011.

WILLIAMSON, O. E. WINTER, S. **La Naturaleza de la Empresa. Orígenes, evolución Y desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ZIMMERMAN, J. L. Conjectures Regarding Empirical Managerial Accounting Research. **Journal of Accounting and Economics**, 32, p. 411-427. 2001.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-09-3



9 788585 107093